



ANGOLA

**REVISÃO DE MÉDIO TERMO DO PROGRAMA DE
ACÇÃO DE BRUXELAS - PAÍSES MENOS AVANÇADOS**

Relatório de Progresso 2005
(Versão Final)

FEVEREIRO 2006

Introdução

O presente relatório tem como objectivo fundamental, identificar os progressos alcançados em matéria de desenvolvimento económico e social e, por conseguinte, avaliar a implementação do Plano de Acção de Bruxelas. Contudo, o relatório confronta-se com o problema inerente a qualidade da informação estatística disponível, que não permite avaliar os impactos das políticas levadas a cabo nos últimos 4 anos, que corresponde efectivamente ao período de paz. Uma das razões remete-se ao facto de a elaboração do presente relatório ter precedido da realização do inquérito de despesas e receitas dos agregados familiares, cujos resultados permitiriam, estamos certos, a avaliação o mais aderente com a realidade económica e social actual.

A situação de partida de Angola pode-se considerar de pós-conflito em virtude de ter vivido cerca de 3 décadas de guerra, resultando daí uma situação económica e social traduzida em indicadores sociais precários. A pobreza em Angola abrangia cerca de 68% da sua população, sendo que 2/3 da mesma encontrava-se em situação de deslocados, as infra-estruturas económicas e sociais destruídas, nível de inflação no ordem dos 106%. Portanto, os desafios a enfrentar impunham a necessidade de mobilizar a sua população e instituições. Com efeito, elaborou-se com uma ampla participação da sociedade civil, a Estratégia de Combate à Pobreza, com a qual, o Governo se propõe melhorar as condições socio-económicas da população

Tendo em vista os níveis de pobreza existentes no país, segundo dados do último inquérito sobre receitas e despesas realizado em 2000, o Governo, elaborou a estratégia de combate à pobreza que está sendo implementada e elegeu o domínio social como um dos mais importantes dos respectivos orçamentos para 2002, 2003 e 2004. Tendo por base, os compromissos assumidos internacionalmente, em conjugação com os objectivos definidos pelo

Governo, elegeu as seguintes áreas de intervenção:(i) Reinserção Social; (ii) Desminagem; (iii) Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar; (iv) VIH/SIDA; (v) Educação; (vi) Saúde; (vii) Reabilitação de Infraestruturas Básicas; (viii) Emprego e Formação Profissional; (ix) Governação; e, (x) Gestão Macroeconómica.

Contudo a implementação destas políticas e das medidas contidas nos Programas de Desenvolvimento do País, tem sido estrangidos, com o facto do País contar essencialmente com os seus próprios recursos, não se tendo registado o prometido reforço da Ajuda nos montantes requeridos uma vez conquistada a Paz.

No quadro da Estratégia de Combate à Pobreza e dos Programas de Desenvolvimento, muitas realizações têm sido levadas a cabo, cujos resultados têm encorajado o Governo a prosseguir.

Experiência e Constrangimentos de Angola na Implementação do Plano de Acção de Bruxelas.

Angola como os demais países africanos atravessa uma fase muito difícil da sua caminhada rumo ao progresso e à sua plena integração nos circuitos económicos mundiais.

Embora os esforços despendidos pelo Governo, têm estado a resultar o mesmo, tem-se confrontado com recursos humanos insuficientes para a dimensão da operação de reconstrução e relançamento da economia angolana. Outro factor condicionante, é a fraqueza institucional do País, que exige o reforço da sua capacidade tanto no sector pública como no sector privado. Sublinha-se que, a Assistência ao Desenvolvimento tem sido muito pequena, o que levou o Estado a suportar grande parte das despesas de financiamento da reconstrução e relançamento da economia

O tempo decorrido após Abril de 2002 (Acordo de Paz) é ainda relativamente curto, nomeadamente em situação de pós-conflito, pelo que, apesar dos progressos já registados, o grau de realização das medidas contidas no Plano de Acção de Bruxelas e dos objectivos e metas do Milénio indiciam haver ainda um caminho relativamente longo a percorrer.

Síntese de Informação Estatística

População	
População Residente (2004) (milhões)	14.7
Densidade Demográfica, habitantes por km ²	11.8
Índice de Juventude da População (2004) (% da população com ≤ 20 anos de idade)	60

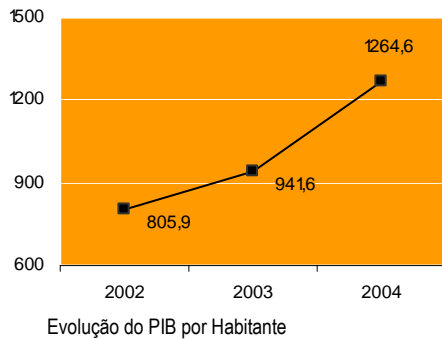
Nível Geral de Desenvolvimento	
PIB per Capita (2004), (USD)	1264.6
Índice de Desenvolvimento Humano (2005)	0.445
População Abaixo da Linha de Pobreza (2001), (%)	68
População de extrema Pobreza (2001), (%)	26

Indicadores Económicos	
PIB (2004), (mil milhões USD)	18.5
Taxa Média de Inflação (2004), (%)	31
Exportações (2004), (mil milhões USD)	12.2
Investimento Público per Capita (2004), (USD)	26.25
Dívida Externa (2004), (mil milhões USD)	7.9
Saldo Fiscal (2004), (% do PIB)	0.6

Indicadores Sociais	
Esperança de Vida à Nascimento (2004), (Nº de Anos)	42.4
Taxa Bruta de Escolarização no Ensino Primário (2003), (%)	91.1
Taxa de Crescimento Médio de Alunos Inscritos no Ensino Primário (2000-2003)	24.3
Taxa de Mortalidade de Crianças com Menos de 5 Anos (2003) (morte de crianças com menos de 5 anos por 1000 nados-vivos)	260
Taxa de Mortalidade Materna (2003), (morte materna por 100 mil nados-vivos)	1400 a 1700
População com Acesso a uma Fonte de Água Apropriada (2003) (%)	68.5
População com Acesso a Condições Melhoradas de Saneamento (2003) (%)	78

Resultados Alcançados

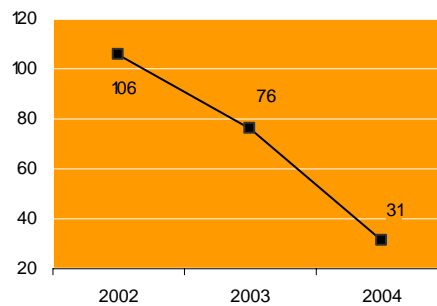
Evolução do PIB por habitante



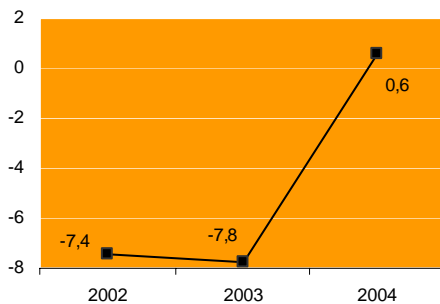
Nos últimos três anos o PIB evoluiu a taxas elevadas, superiores a 10%, o que permitiu que o PIB per capita tenha atingido 1.247 USD em 2004, ultrapassando o limiar (1.000 USD), dos países HIPC, reflectindo basicamente o aumento do volume de produção e o preço de barril de petróleo. A taxa de inflação passou de 106% em 2002 para 31% em 2004.

O saldo da conta corrente da balança de pagamentos passou de um défice de 6.4% em 2003 para um saldo positivo de 4.5% em 2004. O saldo fiscal passou de -7.4% do PIB em 2004 para um saldo positivo de 0.6% em 2004. A moeda nacional permanece estável, em relação ao dólar, há mais de 2 anos, reflectindo medidas de estabilização macroeconómica abrangentes e corajosas.

Evolução da Taxa de Inflação

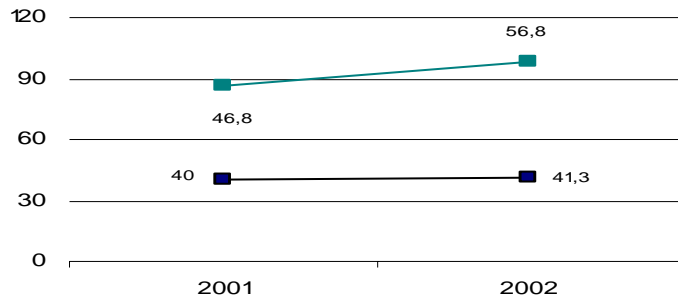


Saldo Fiscal em Percentagem do PIB

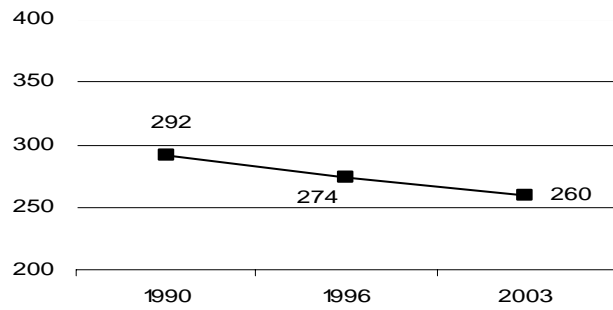


Em 2003 cerca de 1 milhão de crianças regressou à Escola. Foram recrutados mais de 29 mil docentes. No mesmo ano foram vacinadas 5,2 milhões contra a polio, o que não impediu que, depois de erradicada, novos casos se tenham verificado recentemente, por contágio importado.

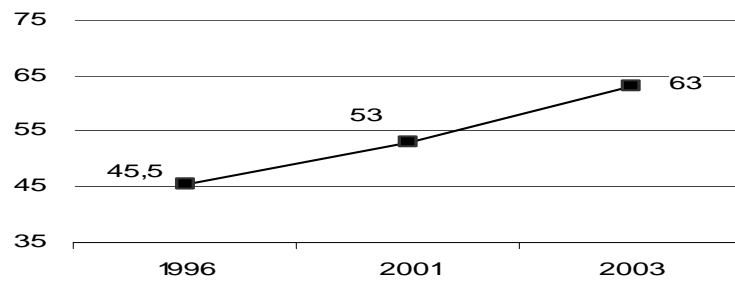
Taxa Bruta de Escolarização no Ensino Primário

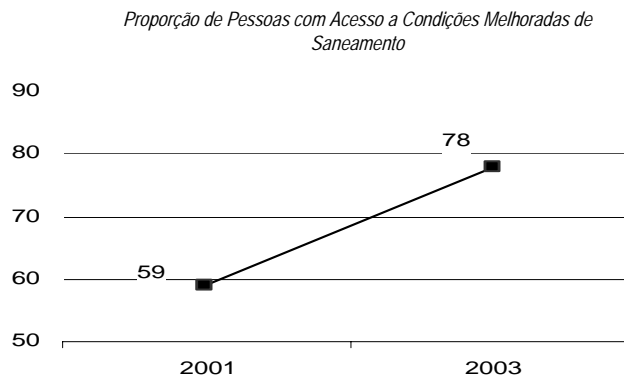
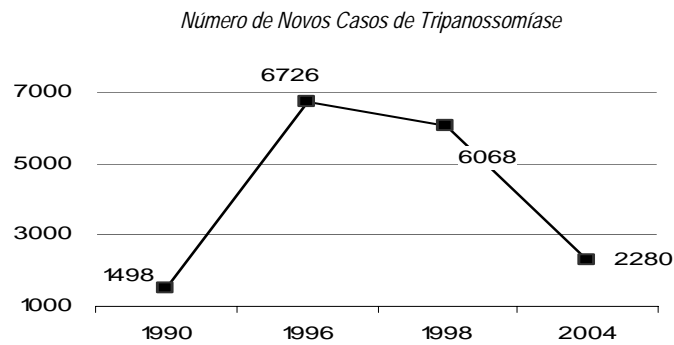


Número de Óbitos antes dos Cinco Anos (em 1000 nascimentos)



Proporção de Crianças de 1 ano de Idade Vacinadas contra o Sarampo



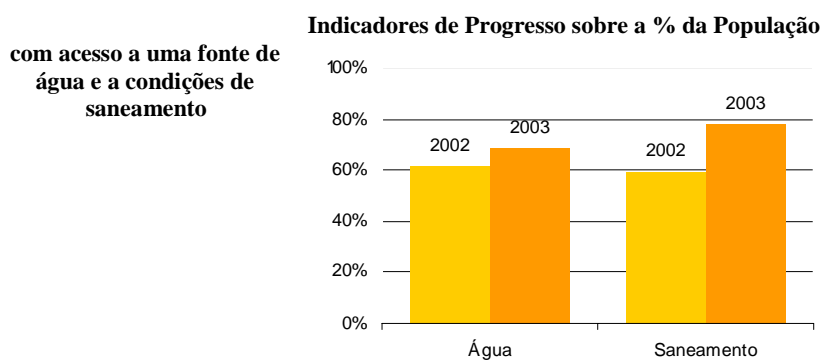


Alguns indicadores ao acesso a água e ao saneamento

Indicadores	2001	2002	2003
Proporção da população com acesso a uma fonte de água apropriada	ND	62	68,5
Proporção da população com acesso a condições melhoradas de saneamento	ND	59	78

Fonte: Ministério de Energia e Água, Ministério do Ambiente e Urbanismo

Para uma melhor interpretação, os indicadores do quadro acima podem ser observados no gráfico a seguir.



Anexo

**MATRIZ DE OBJECTIVOS E METAS, MEDIDAS E
ACÇÕES ADOPTADAS NO QUADRO DA REVISÃO
DE MÉDIO TERMO DO PROGRAMA DE ACÇÃO
DE BRUXELAS – PAÍSES MENOS AVANÇADOS**